

REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
DAS IDEIAS



O CORPO

VOLUME 33, 2012

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

de fundamentação da manutenção ou mudança de feriados, pois o novo critério adoptado passou a ser exclusivamente económico, esquecendo história e memória. Será esta mudança também ela conjuntural? O futuro próximo o dirá.

Seja como for, totalmente legítima é esta incursão no passado próximo: não se confunde com política ou jornalismo como pretendiam algumas vozes no tempo do Estado Novo para justificar a exautoração da história contemporânea e a sua exclusão do ensino universitário. Mais do que legítima, a convocação do passado próximo no livro *Ferriados em Portugal* mostra bem como história e cidadania são indissociáveis. Mas também mostra como o interesse pela compreensão histórica das estratégias de memória pública é anterior à referida mudança na escolha dos feriados: por vezes as problemáticas estudadas pelos historiadores antecipam problemas do seu tempo.

Sérgio Campos Matos

Giuseppe Marcocci, *A Consciência de um Império. Portugal e o seu Mundo (sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, 533 p.

Giuseppe Marcocci, professor de História Moderna na Università degli Studi della Tuscia, em Viterbo (Itália), apresenta-nos uma obra fundamental para a História da Expansão Portuguesa e da História Moderna de Portugal. Tendo por base o seu doutoramento, defendido em 2008 na Scuola Normale Superiore de Pisa (Itália), este estudo procura compreender o "peso da Teologia e do Direito na cultura política do Portugal imperial" (p. 23).

Concretamente, mais do que descrever simplesmente as correntes teológicas e jurídicas vigentes entre os séculos XV e XVII, Marcocci oferece-nos uma visão de conjunto da Teologia e do Direito na formação de uma "consciência imperial" portuguesa, preenchendo desta forma um vazio da historiografia (nacional e internacional) sobre esta temática. Ao longo de várias centenas de páginas, o autor deambula (com rumo certo) pelas diversas fases da expansão portuguesa, destacando linhas de força e debates sobre os objectivos, meios e formas de acção da política ultramarina e da sua percepção na corte e nos restantes polos de poder portugueses, bem como em diferentes espaços europeus.

Trata-se, indubitavelmente, de um estudo merecedor de toda a atenção. A escrita fluente facilita consideravelmente a compreensão do assunto em análise, não obstante a densidade da matéria investigada.

Dividida em quatro partes, a obra pretende seguir uma estrutura assente em "fases distintas da relação entre império e consciência" (p. 32): 1. *A vocação imperial portuguesa*; 2. *A Etiópia, prisma do império*; 3. *Conquista, comércio, navegação: um senhorio disputado*; 4. *Conversões imperiais: para uma sociedade portuguesa nos trópicos?*. Cada parte encontra-se dividida em três capítulos, dispondo a matéria em quadros bem delineados, mas não autónomos, pois acabam por se cruzar e interligar, formando assim uma obra que somente pode ser compreendida, de forma cabal, no seu todo. A investigação está fortemente sustentada numa robusta análise de fontes e no domínio de uma vastíssima bibliografia de relevo internacional. Nesta recensão que pretende ser, também, uma nota de leitura, tentarei sistematizar algumas das principais ideias e informações transmitidas ao leitor.

A primeira parte assenta especialmente na relação entre a Coroa e a Santa Sé a partir dos descobrimentos quatrocentistas e quinhentistas. Através da leitura das diversas bulas relativas ao domínio sobre África, como a *Dum diversas* de 1452, ou de uma releitura da *Crónica de Guiné* de Zurara, Marcocci analisa a questão da escravatura e da sua importância no avanço português pela costa africana. Observando o interesse económico deste negócio nesta fase, chega a afirmar que "o primeiro império ultramarino europeu da Idade Moderna fundava as suas raízes numa nova dimensão assumida por um fenómeno antigo - a escravidão" (p. 50). No entanto, é necessário não esquecer, por exemplo, o valor do ouro nas finanças e na política régia a partir da fixação da presença portuguesa em S. Jorge da Mina - mas tal situa-nos noutra nível de análise que não aquele procurado neste estudo. Do poder e do domínio do infante D. Henrique nestas questões ao papel do Papado e ao seu direito sobre as novas terras e as almas das populações descobertas, observa-se uma "nova centralidade assumida pelo nexos entre conquista e comércio" (p. 67).

Ao longo desta primeira parte, atenta-se também nas relações directas entre a Coroa e a Cúria Romana, destacando-se as imagens que aí chegavam regularmente da construção do império português, bem como da sua difusão e até contestação. Se até na própria corte de D. Manuel I e do seu sucessor diversas correntes se confrontavam sobre os objectivos da presença portuguesa na Ásia (das quais a oposição ao governador Afonso de Albuquerque é exemplo), as reacções estrangeiras à implantação lusa nesta área não se fizeram esperar. Não obstante

o ideal messiânico manuelino, prevendo a queda do grande inimigo da cristandade (o império mameluco do Egípto) e a reconquista do Santo Sepulcro, os críticos europeus reduziam "aquele movimento expansionista à dimensão do mero empreendimento comercial" (p. 82). As embaixadas ao Papado e as orações de obediência são exemplo da luta portuguesa pelo reconhecimento dos feitos no Oriente. O discurso aí encetado, frente ao mais alto representante do poder religioso, procurava mostrar que "as explorações geográficas, as vitórias militares e as conversões operadas pelos portugueses eram o instrumento de que Deus se servia para estender a jurisdição directa da Igreja de Roma até às regiões mais remotas da terra" (p. 97).

O autor analisa ainda a transformação ocorrida entre o reinado d'O *Venturoso* e o de D. João III, altura em que as críticas ao monopólio português se fizeram fortemente sentir nas obras de, por exemplo, Ramusio, Leão o Africano ou Martín Fernández de Enciso. Observamos, ao longo destes anos, um claro aprofundamento das interdependências entre as esferas política e religiosa no reino. Tal viria a confirmar-se com a criação da Mesa da Consciência, em 1532, "órgão sem par na Europa do tempo, que era simultaneamente um conselho e um tribunal" (p. 132), e com a implantação do Tribunal do Santo Ofício pouco depois. A predominância dos "teólogos da corte", um pequeno grupo de religiosos, no círculo restrito do monarca e na Mesa, veio consolidar definitivamente essa aliança entre poder político e religioso. Como o resto do estudo comprova, o papel destes conselheiros mostrou ser fundamental para a definição de uma ideia de Império.

A segunda parte da obra é dedicada à imagem e à representação do Preste João nos séculos XV e XVI. Da ideia medieval acerca deste monarca cristão africano à "descoberta" do rei etíope pelos portugueses, os capítulos que se sucedem pretendem apresentar o caloroso debate tido em torno desta figura. Não obstante a chegada de Vasco da Gama à costa oriental de África no final do século XV, as relações com aquele soberano demoraram alguns anos a estabelecer-se. Foram sobretudo a identificação do monarca etíope com o famoso Preste João e a própria fé das suas gentes que mais controvérsias levantaram na Europa. Apesar da Coroa portuguesa ter visto as suas expectativas frustradas ao compreender a real dimensão daquele reino, "não foi essa a representação que lhe deu", anunciando a descoberta como um "evento excepcional" (p. 166). Encontramos este impacto na cartografia da época, mais concretamente

nas representações do soberano africano na região etíope - exemplo que, no entanto, não é referido neste estudo.

Não obstante a morte de D. Manuel I em 1521, a ideia do Preste continuou nas primeiras décadas do reinado de D. João III, "perdendo, à medida que os anos passavam, toda a carga messiânica" (p. 179). Foi também em Roma que os enviados portugueses lutaram para o reconhecimento da descoberta do mítico soberano africano, alegando a ortodoxia dos etíopes e o próprio objectivo proselitista da expansão lusa. Em plena crise religiosa, o Papado acabou por inicialmente ver com bons olhos essa aliança. Compreenda-se que, para a Igreja de Roma, "a reunificação com uma Igreja de antiquíssimas tradições, como era a etíope, constituía o êxito tangível de um esforço secular" (p. 185). De uma visão quase profética, passou-se para o enquadramento deste reino como aliado cristão que se devia auxiliar - é exemplo disso a expedição de socorro ao Preste, comandada por Cristóvão da Gama, em 1540. Estava-se já numa época diferente da de D. Manuel. Damião de Góis chegou a ver a sua obra *Fides, Religio Moresque Aethiopiae*, de 1540, censurada pelo Santo Ofício. O motivo era simples: entre outras questões, discutia a fé dos habitantes do reino do Preste e inocentava-os de qualquer desvio, defendendo a sua ortodoxia. Três anos depois, Góis reeditava a obra com a aprovação da Faculdade de Teologia de Lovaina no frontispício, o que constituía uma clara defesa dos seus escritos e uma crítica à censura portuguesa.

À imagem da política imperial, assente na "guerra e evangelização" (p. 214), na qual o Preste se enquadrava perfeitamente, seguia-se a da procura da paz e da estabilidade. Prova disso são já as crónicas de João de Barros e de Fernão Lopes de Castanheda, de meados do século XVI, onde se desmente categoricamente a identificação do soberano africano com a figura mítica então procurada. Às três instituições que passaram a definir mais concretamente a ideia de império juntou-se, nesta época, a Companhia de Jesus, devidamente ajustada aos propósitos portugueses. "Sobre as cinzas do mito etíope do Preste João ganhava forma o império dos teólogos" (p. 215), favorecidos pelo alinhamento de alguns humanistas portugueses, como André de Resende, Gaspar Barreiros, Fernando Oliveira e o já referido João de Barros. Atravessou-se então um difícil período para a cultura e para a própria reflexão teórica sobre o império, durante o qual processos inquisitoriais, censura, remoções de cargos públicos e outras estratégias asseguraram a predominância

dos ideais defendidos pelos teólogos da corte. Privou-se, desta forma, a "ousadia teórica" e "intervenções originais sobre problemas concretos, de reconstruções históricas inesperadas e controversas" (p. 232) - neste sentido, tudo aponta para um certo atrofiamento cultural.

Uma análise mais centrada no senhorio português ultramarino e nos seus direitos ocupa maioritariamente a terceira parte do estudo. Marcocci principia por analisar o impacto do pensamento de Maquiavel na construção da ideia imperial portuguesa. Coloca até Portugal num lugar de topo no que diz respeito à incorporação dos ideais deste florentino nos discursos da época: efectivamente, parece ser um panegírico de João de Barros a D. João III, datado de 1533, a primeira reacção na Europa às obras de Maquiavel de 1531 e 1532 (*Discursos sobre a Primeira Década de Tito Livio* e *O Príncipe*). Caso singular, que comprova a sensibilidade dos humanistas ibéricos às observações daquele autor (p. 256). A validade da religião romana trouxe uma onda considerável de debates. Humanistas como Juan Ginés de Sepúlveda, Jerónimo Osório, Martín de Azpilcueta e Francisco de Monzón discutiram longamente sobre a validade dos elogios feitos pelo autor itálico ao império romano. Após a censura às discussões sobre a fé dos etíopes, seguia-se o "silêncio imposto à discussão sobre o valor político da religião dos romanos" (p. 279). Nicolau Maquiavel passava assim a ser um autor indexado e proibido no reino português.

Analisa-se ainda nesta parte a controvérsia tida à volta da excepcionalidade portuguesa no domínio do monopólio comercial e marítimo. Observa-se, ao longo do reinado de D. João III, uma contínua preocupação em reorganizar a presença portuguesa no Oriente, consolidando as terras tomadas numa tendência "para conservar, e não para estender, as conquistas" (p. 287). Simultaneamente, diversos quadrantes da cultura europeia atacavam o direito de primazia luso e o conseqüente direito de monopólio sobre os produtos provenientes da Ásia. A este ataque se aliaria o próprio Lutero, já fora da bênção papal, em 1524, num escrito que denunciava a mera procura do lucro na empresa expansionista ibérica. Defendendo este direito estava o próprio binómio guerra e religião, justificando os elevados custos de manutenção do império. A esta questão juntar-se-ia a necessidade e justificação de abrir guerra às populações não cristãs (especialmente às da Índia), tendo por base a própria religião. No meio desta discussão, realçamos o papel tido pela Mesa da Consciência (que incluía em breve as *Ordens*) que revela uma profunda "função de orientação ética" (p. 332), com uma renovação dos

seus membros (e do próprio grupo de teólogos da corte) no período da regência do cardeal infante D. Henrique.

O último assunto abordado nesta penúltima parte da obra em apreço ramifica o tema referido anteriormente: o monopólio marítimo. Concretamente, é aqui analisada a primazia portuguesa sobre o Atlântico e o monopólio da navegação imposto sobre este oceano. A partir da acesa luta tida entre as Coroas portuguesa e francesa, o autor analisa a delicada questão da jurisdição marítima enquanto prolongamento (ou não) da terrestre. Estamos, obviamente, na presença da frequentemente referida noção de "mare clausum", conceito apenas desenvolvido numa fase já avançada da expansão portuguesa. Juntando-se a Carlos V, D. João III chega a firmar uma aliança bem concreta no Atlântico, em defesa do comércio ibérico em direcção à Europa. Tal verificou-se num reforço do poder naval, especialmente em toda a extensão do Atlântico Norte, visando uma segurança acrescida e partilhada pelas duas maiores potências navais do mundo ocidental. À defesa da hegemonia portuguesa acorreram, por exemplo, Damião de Góis, Fernando Oliveira e Gaspar Barreiros (o primeiro a definir o império como marítimo) (p. 359). O domínio luso tomou uma proporção que se justificava em si, e que assumiu uma necessidade de defesa extrema - tal se vê no caso de Gaspar Caldeira, sentenciado à morte por "alta traição ao império" (p. 362), juntamente com outros portugueses, pela responsabilidade na pilhagem do Funchal por corsários franceses, em 1566.

A quarta e última parte da obra pode ser enquadrada no campo da história religiosa propriamente dita. Giuseppe Marcocci analisa aqui as diversas fases ou espaços da acção proselitista portuguesa. Da missionação da Índia destaca-se, naturalmente, o papel dos jesuítas, a partir da década de 40 de Quinhentos. Efectivamente, só nesse momento é que a Coroa conseguiu implantar com sucesso um "programa específico de evangelização" (p. 370). Concomitantemente, exportavam-se para o império "formas de violência e discriminação que contracenaram com a vida religiosa de Portugal na delicada passagem entre Renascimento e Contra-Reforma" (p. 382). Observamos também a questão dos baptismos, grande parte deles quase forçados e sem qualquer iniciação à fé cristã. O império era, novamente, atacado por teólogos que criticavam arduamente esta política de expansão da fé através da coerção, descartando a verdadeira conversão pessoal à religião católica. As queixas chegaram até a ser levadas a cortes pelos principais prelados do Reino (enquanto

representantes do clero), em 1562-1563 - no entanto, daí não advieram quaisquer alterações. A criação de um tribunal da Inquisição em Goa, em 1560, veio criar uma nova dinâmica na política religiosa então seguida, através da perseguição aos cristãos-novos e, posteriormente, aos cristãos da terra, a hindus e a muçulmanos. De certa forma, o Santo Ofício "foi de imediato entendido como um potente complemento da actividade de proselitismo" (p. 400), e tenderia a confundir-se com as próprias missões.

Das conversões no palco asiático, o autor passa a tratar da problemática dos escravos negros africanos no império português. A partir da importância dos dominicanos e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (a única de carácter misto, aceitando brancos e negros), o investigador italiano analisa a "justa causa" do aprisionamento destes homens e, novamente, do seu baptismo e conversão à fé cristão. Veja-se, por exemplo, a norma implantada em 1568, obrigando ao baptismo os escravos com idade superior a sete anos - em parte corolário dos debates tidos à volta deste assunto. Contra as propostas "abertas" de certos teólogos manifestavam-se os donos de escravos, cientes dos seus direitos na certeza da inferioridade dos negros então comprados. Destaco, por exemplo, as ideias de Fernando Oliveira na sua *Arte da Guerra no Mar* (de 1555), onde condena sem piedade a escravatura e o comércio de seres humanos - obra imediatamente processada pela Inquisição, como não poderia deixar de ser.

Seguindo um percurso natural, o último capítulo deste estudo aborda os índios do Brasil. À época, a questão recaía sobre a compreensão dos seus "traços mais perturbadores (canibalismo, poligamia, nudez)" ligados à "sensação de uma inferioridade cultural absoluta" e à "natureza daquela nova humanidade" (p. 431). Também aqui os jesuítas desempenharam um papel preponderante na defesa dos direitos dos índios, procurando impor uma "inclusão num modelo social específico, fundado em catequese e instrução religiosa" (p. 433). Alguns conflitos chegaram a desenrolar-se por culpa do episcopado sediado no Brasil, que teimava em inferiorizar estas mesmas comunidades. Destacamos, sem dúvida, o papel do padre Manuel da Nóbrega, acérrimo protector dos índios. As múltiplas cartas referidas são exemplo da sua importância no sucesso do estabelecimento da Companhia no Brasil. Além disso, denota-se uma mudança do seu tom ao longo das décadas, após anos de convivência com estas populações - o homicídio do bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, em 1556, mostrou ser um ponto fulcral na degradação das relações entre

portugueses e índios. Nóbrega passou a defender, na linha do governador Mem de Sá, um "sistema de sociedade mista, fundado numa integração desigual em vez de na separação" (pp. 441-442). Nos anos 60 do século XVI, década conturbada para o império, contrapunha-se o reforço da conversão a todas as questões levantadas sobre a legalidade da escravatura destes povos indígenas. Tal viria a redundar, em 1570, na lei que libertava "todos os índios comprados nas décadas precedentes e lícita apenas a escravidão dos prisioneiros capturados em guerra justa" (p. 452). Criava-se, segundo o autor e na linha de Stuart Schwartz, uma "nova identidade cultural" baseada na definição de uma forte hierarquia que enquadrava todos os súbditos da Coroa portuguesa descendentes de casamentos e uniões entre reinóis, populações locais e escravos negros africanos.

Na conclusão da obra, Marcocci apresenta-nos ligeiramente a visão de um império português unido numa monarquia hispânica, a partir de 1580. É este um tempo em que os teólogos da corte já não possuem o poder de outrora, e em que a inclusão na "'compósita' monarquia hispânica" (p. 456) transfere grande parte do poder central português para a corte madrilena. Retomando as ideias principais do estudo em análise, o autor oferece-nos uma síntese de tudo o que foi dito - mas que apenas pode ser compreendido através de uma leitura atenta do todo. Das ideias que ficam, destacamos principalmente a importância dos teólogos da corte, da constituição da Mesa da Consciência, da criação do Santo Ofício e da censura inquisitorial na definição da dita "consciência do império". O profundo imbricamento destes órgãos na esfera política contribuiu indubitavelmente para a interpenetração da Igreja no Estado e do Estado na Igreja. Criou-se, desta forma, uma ligação que marcou a época moderna portuguesa, e que foi responsável pela própria formatação das formas de sentir e de pensar da sociedade portuguesa de então.

Deste exemplar estudo retém-se apenas uma dúvida quanto à escolha do sub-título. À ideia d'*A Consciência do Império* é contraposta, de certa forma, a vastidão de *Portugal e o seu Mundo*, podendo, à primeira vista, não traduzir plenamente aquilo que esta investigação analisa concretamente: a política, a teologia, o direito, a cultura e a ideia do Império Português, essencialmente nos séculos XV e XVI.

Roger Lee de Jesus